

02/06/2017 11:55 - Câmara de Vilhena cassa vereadores acusados de corrupção

Por unanimidade, o plenário da Câmara Municipal de Vilhena cassou, nesta quinta-feira, 1º de Junho, os mandatos dos vereadores, Wanderley Graebin (PSC), Carmozino Alves (PSDC) e Junior Donadon (PMDB). Para a cassação eram necessários pelo menos nove votos.

A cassação foi motivada por infração ético-disciplinar pelas práticas de atos de corrupção e conduta incompatível com o decoro parlamentar em virtude das ações que os edis respondem criminalmente por supostamente terem recebido vantagens ilícitas em razão do cargo, conforme acusação do Ministério Público do Estado. A CPI foi instaurada a partir de denúncia do advogado Caetano Neto, enquanto os vereadores reeleitos ainda estavam presos, no início do ano.

Após a leitura do resumo dos principais pontos do parecer que opinou pela cassação, detalhando as condutas de cada acusado, foi aberto o espaço para as votações. O primeiro a ter o mandato cassado foi Junior Donadon, que já havia renunciado, o segundo Carmozino Alves e, por fim, o veterano Wanderlei Graebin.

Com a decisão do Plenário, os três parlamentares condenados ficam inelegíveis por oito anos a partir do fim do mandato. Com isso, se não conseguirem derrubar a decisão na justiça, conforme prevê a defesa, o trio fica proibido de disputar eleições para cargos eletivos até janeiro de 2028.

No espaço destinado às justificativas do voto de cada parlamentar, conforme a ordem estabelecida pela Comissão, o presidente Adilson Oliveira (PSDB) fez breve discurso e seguiu a sugestão apontada no relatório. Em seguida, votaram Célio Batista (PR) e França Silva (PV). A vereadora Leninha do Povo (PTB) foi a quarta a votar de acordo com a sequência das leituras de cada infração que motivou o parecer pela cassação.

O vereador Rafael Maziero (PSDB), relator da CPI, se estendeu um pouco mais em seu discurso, afirmando que se sentiu orgulhoso do trabalho realizado ao lado dos demais membros da Comissão. O parlamentar rebateu nulidades arguidas pela defesa e negou a existência de conspiração política, justificando que se baseou em provas para chegar ao resultado que sugeriu aos demais edis: a cassação, punição máxima aplicada ao caso.

Os vereadores Rogério Golfêto (PTN) e Ronaldo Macedo (PV), membro da CPI que também seguiram o relatório em breve pontuações. O tucano Samir Ali, a peemedebista Vera da Farmácia e o presidente da CPI, Carlos Suchi (PTN) foram os últimos a votar, liquidando a fase mais esperada do dia pelos participantes que ocuparam o auditório com a publicação do veredito.

Sessão durou 9 horas

A longa sessão teve início às 13 horas com a leitura das peças do processo composto com mais de duas mil laudas, perdurando por cerca de quatro horas seguintes, interrompida por um intervalo que durou aproximadamente 40 minutos. Em seguida, a defesa anunciou requerimento para exposição de depoimentos colhidos durante a fase de instrução o que prolongou ainda mais o julgamento.

Extorsão de R\$ 1 milhão

Atendendo pedido do presidente da CPI, Carlos Suchi, também foram expostos depoimentos indicados pela Comissão. Na oportunidade foi possível ouvir do dono de um de loteamentos, o empresário João Carlos Freitas, que confirmou ter sido extorquido, repassando a importância de aproximadamente R\$ 1 milhão de reais que teriam sido distribuídos entre os vereadores por intermédio do ex-parlamentar José Garcia (DEM), o primeiro a ser preso.

Vereadores se defenderam

A defesa do vereador Carmozino, conduzida pelo advogado José Francisco Cândido, pontuou falhas e nulidades nos procedimentos durante todo o processo e explorou a declaração do empresário, que afirmou nunca ter tido qualquer vínculo com o denunciado. Além disso, a defesa atacou a fragilidade de provas que teriam sido produzidas apenas com base em relatos de delatores que não comprovam o envolvimento de Carmozino em esquemas de corrupção.

Já o vereador Wanderlei Graebin abriu mão do tempo destinado para fazer sua sustentação oral, em razão de ter os seus pedidos atendidos quando requereu que fossem lidas as alegações finais bem como as provas juntadas nos autos por ele, confirmando que não

participou da aprovação dos empreendimentos em discussão. O vereador se manifestou suplicando aos colegas que votassem com consciência e justificou suas solicitações, que por sinal foram feitas debaixo de vaias e ofensas.

Fonte: Folha do Sul Online

Notícias RO